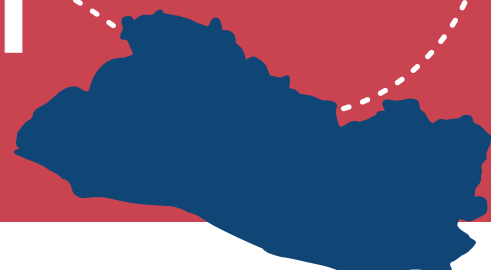




OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



Ficha informativa país 2021 El Salvador



Extensão territorial:

21.040 km².



População (censo 2007):

5.744.113 pessoas¹.



População estimada 2021:

6.325.827 pessoas.



População economicamente ativa -PEA (2020):

2.496.445².



Produto Interno Bruto (PIB) 2020:

24,64 milhões de dólares³.



PIB primeiro trimestre 2021:

Projeta-se um crescimento de 9% ao final do ano⁴.



Composição da população:

83 % de população mestiça;
15% branca e
0,2 % de indígenas

¹Infelizmente, desde 2019 não se conta com dados atualizados na Direção Geral de Estatística e Censos (DIGESTYC) de El Salvador, razão pela qual esta seção se constrói com múltiplas fontes citadas a continuação.

²<https://datos.bancomundial.org/indicador/SL.TLF.TOTL.IN?locations=SV>

³<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=slv&lang=es>

⁴<https://www.bcr.gob.sv/2021/10/01/economia-salvadorena-crecio-24-5-en-el-segundo-trimestre-de-2021/>





Análise da situação socioeconômica

Emprego

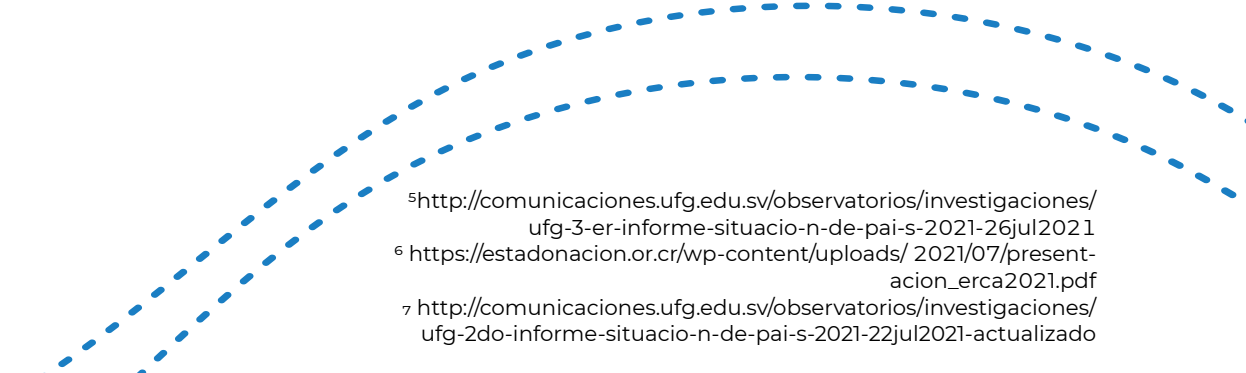
Com a pandemia foram perdidos 71.706 empregos privados formais entre janeiro e junho de 2020. Entre dezembro de 2020 e julho de 2021 foram recuperados 65.131 empregos privados, mas falta recuperar 9.264 com relação a novembro de 2019.⁵

Desemprego

No final de 2020 a taxa de desemprego em El Salvador foi de 6,98% (OIT) e para 2021 se projeta em 9,5% segundo o Sexto Relatório Estado Região.⁶

Pobreza

De acordo com a Pesquisa de Domicílios de Propósitos Múltiplos (EHPM), 32.2% da população (2.180.000 pessoas) teria vivido em situação de pobreza em 2020, e aumentou para 34.5% em 2021 (2.410.000 pessoas). Dessas pessoas, cerca de 605.000 (8,7%) estaria vivendo em situação de pobreza extrema em grave risco de desnutrição, isto é, 226.354 pessoas adicionais.⁷



⁵<http://comunicaciones.ufg.edu.sv/observatorios/investigaciones/ufg-3-er-informe-situacion-de-pais-2021-26jul2021>
⁶ https://estadonacion.or.cr/wp-content/uploads/2021/07/presentacion_erca2021.pdf
⁷ <http://comunicaciones.ufg.edu.sv/observatorios/investigaciones/ufg-2do-informe-situacion-de-pais-2021-22jul2021-actualizado>



Temas destacados da conjuntura 2021

As questões que se destacam na conjuntura de El Salvador durante 2021 sob o governo de Nayib Bukele são amplas e importantes. Embora tenha havido importantes conquistas em matéria social nos últimos anos, os avanços na construção de uma sociedade democrática foram dificultados. Em 1 de maio de 2021 foi destituído o Procurador-Geral da República e a Câmara Constitucional, e foram nomeadas para esses postos pessoas de confiança do presidente, contornando os processos legalmente estabelecidos. Em sessões posteriores, todos os juízes com mais de 60 anos foram destituídos, o que constitui um terço, e foram nomeados juízes do partido do governo. Em um comunicado publicado por 25 organizações da sociedade civil salvadorenha, entre elas sindicatos empresariais⁸,


foi expressa uma condenação categórica ao que chamam de golpe de Estado, endossado pelo presidente Bukele e executado por deputados dos partidos Novas Ideias, Gana, PCN e PDC.

A Câmara Constitucional tem como missão vigiar no sentido estrito o cumprimento a Constituição Pública, e havia enfrentado medidas presidenciais relacionadas com a pandemia que caracterizava como inconstitucionais e que se enquadravam em definições próprias do Estado de exceção, medidas que a Câmara considerava contraproducentes para as liberdades da população salvadorenha.

Posteriormente, a Câmara Constitucional imposta por Bukele procedeu a decretar

⁸ <https://www.dw.com/es/el-salvador-se-encienden-alarmas-sobre-autoritarismo-de-bukele/a-57406954>





que o presidente tem o direito a se reeleger apesar da constituição salvadorenha proibir expressamente. Seu partido Novas Ideias já o está nomeando para a reeleição presidencial em 2024.

Diante dessas e de outra série de medidas que a militarização do parlamento salvadorenho incluiu em anos anteriores, o país se encontra em um período sem mudanças estruturais diante dos índices de violência sociopolítica, e com o aumento da desigualdade, da pobreza e da militarização, com o agravante de restrições para ter acesso à informação estatística que está controlada pelo governo sob cláusulas de confidencialidade.

Em 15 de setembro foi realizada uma marcha multitudinária

contra o que o movimento social salvadorenho considera o autoritarismo de Nayib Bukele. Participaram da mobilização estudantes, feministas, ambientalistas, ex-combatentes da guerra civil; foi estimada a participação de cerca de 15.000 pessoas na Jornada e que as principais mensagens estiveram em torno da rejeição à bitcoin, à militarização da vida civil, e pela defesa das liberdades e dos direitos humanos.

O descontentamento social aumenta enquanto diferentes instituições multilaterais e também o governo dos Estados Unidos denunciam a violação à ordem constitucional e às liberdades que estão ocorrendo no país.





Ações e denúncias sindicais (nacionais e internacionais) e de outros setores sociais


As organizações salvadorenhas denunciam uma crise de poderes no país, agravada pelo autoritarismo que se expressa no processo de reeleição presidencial e no controle da totalidade dos ramos do poder por parte do executivo. O sindicalismo denuncia as dificuldades que enfrentam para exercer a autonomia sindical, pois o Ministério do Trabalho ataca o sindicalismo não alinhado, e consideram que o objetivo é a dissolução das organizações de trabalhadoras/es que lutam pela justiça social.

Por outro lado, denuncia-se a perda gradual de empregos formais como resultado da pandemia, sem que se defina uma estratégia para a recuperação desses empregos e a luta contra o

desemprego no país.

Considera-se que os sindicatos que não se alinham com as diretrizes do Ministério do Trabalho são considerados sujeitos à demissão de seus membros. O sindicalismo levou as denúncias de um número significativo de casos às instâncias regulares da justiça, mas foram poucas as ocasiões nas quais saíram vitoriosos, e embora sejam emitidas ordens de reinstalação, elas não são cumpridas como obriga a lei e a proteção dos direitos das/os trabalhadoras/es. A política de fato de demissões estendeu-se a todo o país e nas condições políticas atuais não restam muitos campos de ação para que as/os trabalhadoras/es enfrentem essas medidas. Mais de 80 casos no setor municipal





foram tramitados e embora os juízes ordenem a reinstalação, os líderes municipais não cumprem com as sentenças emitidas. O movimento sindical considera que as leis, convenções e tratados nacionais e internacionais estão sendo cumpridos.


A classe trabalhadora denuncia que, apesar da imagem difundida do país ser de um ambiente democrático, dentro são percebidas medidas autoritárias que vão em detrimento da qualidade de vida das classes populares e da garantia dos direitos da classe trabalhadora. Devido ao alto nível de popularidade do presidente Bukele, pelo controle que exerce sobre os meios de comunicação internos e de massa, não é possível exercer uma oposição que tenha garantias constitucionais e legais para a atuação democrática necessária. Os movimentos sociais em geral e o sindicalismo em particular denunciam que qualquer tentativa de oposição é apontada e estigmatizada como sendo parte

dos partidos ARENA ou FMLN, como se pertencer a um grupo político em si fosse criminalizável.

Denunciaram a demissão de mulheres gestantes ou lactantes, e não têm margem de manobra diante do Ministério do Trabalho, que não responde às solicitações e ao diálogo social como condição necessária para a garantia dos direitos. As credenciais não são tramitadas e os ativos de algumas contassindicaisedas contribuições das/os trabalhadoras/es entre os meses de janeiro e setembro estão congelados. Isso significa que a ação sindical deve ser feita através de contribuições econômicas próprias das/os trabalhadoras/es.

Uma grande preocupação do sindicalismo são as dificuldades financeiras que estão sendo atravessadas atualmente pelas organizações sindicais, o que acarreta enormes complicações para adiantar as demandas que possuem através dos contratos coletivos.





Na atualidade, é exigido que os dirigentes estejam inscritos no Ministério do trabalho para poder atuar em representação das/os trabalhadoras/es.

Consideram que esses são mecanismos de pressão que estão sendo impostos para que o sindicalismo contrário às diretrizes do governo desapareça, ou para que se oriente segundo a estrutura política funcional

ao governo. Nessas condições, as organizações sindicais se deparam com o dilema de alinhar-se ou desaparecer, diante de uma estrutura governamental e um partido de governo que acomodaram a Constituição, as leis e todos os poderes do Estado para que a sociedade civil, as organizações e os movimentos populares caiam sob seu modelo totalitário.

Propostas e iniciativas sindicais

O sindicalismo salvadorenho considera necessária a solidariedade internacionalista perante o momento que descrevem e sofrem em seu cotidiano como trabalhadoras/es. Propõem continuar em frente apesar das dificuldades e manifestaram às/aos funcionárias/os da administração pública que não vão renunciar ao exercício da

defesa dos direitos historicamente conquistados.

Tornaram-se parte constitutiva das manifestações pacíficas que estão se desenvolvendo no país, e levantam suas vozes diante de medidas como a imposição da bitcoin, que consideram desnecessária e que agravará a crise social vivida em matéria de



desemprego, informalidade e pobreza.

Acreditam que é necessária a criação de uma articulação cidadã que inste às/aos legisladores a governar para o povo que os elegeu, para as maiorias, e a consultar a cidadania para conhecer as necessidades que devem ser satisfeitas.

Propõe-se a aliança do sindicalismo com organizações e movimentos sociais diversos para articular a defesa da Constituição, e para evitar o aumento dos retrocessos com relação aos direitos conquistados nos últimos períodos, nos quais houve inclusive melhorias importantes quanto à

questão ambiental e ao progresso da sociedade em seu conjunto. Ainda que a modernização do país requeira as modificações necessárias da lei de maneira democrática e plural, não se pode avançar no caminho atual, outorgando todos os poderes a um partido e a um presidente.

Por fim, está sendo trabalhada uma proposta alternativa de reforma – em aliança com setores de ambientalistas, veteranos de guerra, o setor cooperativo agropecuário, entre outros – que tem como base a Plataforma para a Mudança, com um profundo olhar sindical e popular.



8

